

“Todos Mercadores e Cristãos-Novos”

Janaina Guimarães (mestra em História, UFPE)
Pesquisadora do Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco-AHJPE
guimaraes.janaina@gmail.com

Nas denúncias e confissões¹ ao Visitador Heitor Furtado de Mendonça, entre os anos de 1591-1595, encontramos referências recorrentes a pessoas, na maioria de origem cristã-nova², vindas de outros lugares, não apenas do reino. Pessoas que iam e vinham num movimento conhecido, expresso por frases como “que foi ido a Angola e agora se espera que venha a essa terra.”³ Os destinos? São Tomé, Angola, Flandres, a região do Prata.

Em termos macro-históricos, os cristãos-novos que aportaram no Brasil estavam inseridos na dinâmica mercantilista característica da modernidade, facilitada ou proporcionada pelos diversos deslocamentos realizados por esses elementos. Esse movimento de migração em massa foi responsável pela formação de redes familiares e comerciais com alcances antes impensáveis, que, no entanto, vão responder às necessidades da expansão europeia, desenvolvendo uma nova forma de comerciar. Cada parente, amigo ou “agente” se localizava em um ponto específico dessa rede no Brasil, em Amsterdã, em Angola ou no Prata. Dessa forma, estas redes facilitavam as transações comerciais de grande porte, bem como o financiamento, através de empréstimos, de algumas empresas.

Muitas transações ocorriam através de consórcio: dois ou mais cristãos-novos ou judeus portugueses se juntavam, por exemplo, para cuidar dos *Asientos*.⁴ Assim, conseguiam as grandes somas necessárias para as arriscadas empresas marítimas. Destarte, “essas redes envolviam a formação de parcerias em que dois ou mais indivíduos se associam para o mesmo fim, seja um contrato de arrendamento, seja para a exploração de certas atividades mercantis.”⁵

¹ **Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil - Denúncias e Livro das Confissões de Pernambuco 1593-1595**. Recife: FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1984, Coleção Pernambucana, 2ª fase, vol. XIV. A partir dessa nota referirmos a obra informaremos Livro das Denúncias de Pernambuco e Livro das Confissões de Pernambuco, dependendo do caso.

² N. do A. descendentes dos judeus convertidos à força ao catolicismo na Espanha ou em Portugal em fins do século XV.

³ Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 115.

⁴ Contrato para transportar um número determinado de escravos da África para a América espanhola, com exclusividade. WACHTEL, Nathan. **A Fé da Lembrança**. Lisboa: Editorial Caminho, 2002, p. 26.

⁵ SALVADOR, Frei Vicente. SALVADOR, Frei Vicente. **História do Brasil (1500-1627)**. 7ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Editora. Itatiaia, 1982.p. 21.

A inserção dos cristãos-novos nessas redes ocorria muito cedo, quando eram orientados por parentes e amigos, com os quais aprendiam as técnicas do comércio até que tivessem condições de fazê-lo independentemente. Via de regra, esta orientação era feita nos pontos de comércio, onde os egressos do exterior trabalhavam como auxiliares. Realizada a aprendizagem, estes elementos eram mandados em viagens para cuidar dos interesses familiares ou dos grupos aos quais estavam ligados. Muitos vieram ao Brasil por solicitação de parentes que já faziam negócio aqui. Assim, encontramos meninos de doze, treze anos vindos sós do reino para casa de parentes, cuidando de interesses de outros cristãos-novos, como feito por João da Paz, que veio por volta de 1585 a Pernambuco, cuidar de interesses do seu pai, tendo então apenas doze ou treze anos.⁶

Observamos que existia tanto um movimento de trazer os meninos para aprender as coisas do comércio no Brasil, como o seu contrário, de mandá-los do Brasil a outros portos, como o fez João Luis Henriques, cujos filhos, Jerônimo Henriques e Manoel Sanches, estavam em Amsterdã em 1613. O segundo representando o seu pai na *Santa Companhia de órfãos e donzelas*, a já referida Dotar, sob o nome judaico de Joseph Cohen.⁷

Assim, os meninos eram colocados diante de possibilidades mais amplas, desde cedo se preparando para o comércio. Eram essas idas e vindas, os contatos constantes nutridos por essas redes, que permitiam a esses indivíduos, por mais estabelecidos no espaço da colônia, uma relativa mobilidade. Essas idas e vindas nos remetem a uma constante idéia de movimento e, ainda que alguns desses homens, após chegarem ao Brasil, não tenham mais participado de grandes deslocamentos, sem dúvida eles constituíam uma minoria, fato que não tira a importância da aludida mobilidade.

O próprio autor de **Diálogos da grandeza do Brasil**,⁸ Ambrósio Fernandes Brandão, esteve entre idas e vindas ao reino. Ele era mercador e senhor de engenho em Pernambuco, participando da conquista da Paraíba, como capitão dos mercadores e, após uma temporada no reino, retornou por volta de 1607, se estabelecendo na Paraíba.⁹ Senhor de três engenhos, Brandão foi associado por Luis Felipe Alencastro a um

⁶ Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 120.

⁷ Livro das Denúncias que se fizeram na Visitação do Santo Officio á Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos do Estado do Brasil, no ano de 1618 - Inquisidor e Visitador o Licenciado Marcos Teixeira. In: **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1927, volume XLIX**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1936, p. 509. Daqui por diante, ao nos referirmos a essa obra vamos chamá-la de Denúncias da Bahia.

⁸ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogo das Grandezas do Brasil**. 3ª ed. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1997.

⁹ Livro das Denúncias de Pernambuco, pp. 231 e 260.

consórcio formado por cristãos-novos e ligado ao trato asiático, sendo “um genuíno representante do capitalismo comercial. Um mercador empresário em busca de investimentos geradores de negócios”¹⁰.

Ambrósio começou como “feitor da fazenda”¹¹ de Bento Dias Santiago, cristão-novo, mercador, rendeiro dos dízimos do Brasil¹² e senhor do engenho Camaragibe. A sua trajetória nos possibilita apontar outra característica desses homens na Colônia: a constante conciliação de duas ou mais atividades, todas ligadas ao trato do açúcar. Eles eram a um só tempo, mercadores e senhores de engenho ou mercadores, lavradores e senhores de engenho. A maioria, no entanto, era lavradores e mercadores. Muitos começaram trabalhando de feitores para outros neoconvertos e logo se tornaram donos do próprio engenho ou negócio. Em Pernambuco, Paraíba e Itamaracá os senhores de engenho cristãos-novos foram relativamente poucos, se comparados com a grande maioria que se dedicava ao comércio e à lavra de terra.

Não só de cristãos-novos e judeus se faziam essas redes. Em seus prolongamentos ela contava com agentes cristãos velhos, flamengos, homens com quem esses cristãos-novos se associaram para variados fins. Devemos lembrar também o grande número de casamentos mistos que colocavam na mesma família cristãos-novos e cristãos-velhos, especificamente na América portuguesa. A essa heterogeneidade de elementos voltaremos adiante para pensarmos como, no plano das relações pessoais, essa heterogeneidade funcionava.

O mercador flamengo André Pedro se incluiu nesta lista de homens crescidos dentro das redes de comércio. Ele saiu de sua terra natal ainda com treze anos. Provavelmente mandado a viver com parentes, esteve em Lisboa por volta de nove anos trabalhando para diversos mercadores, depois esteve em São Tomé e Angola e disse estar no Brasil em 1586. Ele trabalhava para os irmãos Fernão e Diogo Soares, cristãos-novos, servindo de caixeiro e respondendo a interesses de mercadores moradores na Alemanha.¹³

As dificuldades advindas das divergências religiosas também concorriam para privilegiar essas redes. Desse modo, onde os judeus não podiam comerciar, havia

ALENCASTRO, Luis Felipe. **O Trato dos Viventes**. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Século XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 102.

¹¹ Expressão referente a administrador dos bens. BRANDÃO, Ambrosio Fernandes. Op. cit., p. XXVI.

¹² Alvará de 25 de Janeiro de 1583 sobre a arrecadação dos tributos do açúcar. In: INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL – IAA. **Documentos para História do Açúcar**. Vol. I. Legislação (1534-1596). Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1954, p. 315.

¹³ Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 258.

cristãos-novos de sua confiança que o faziam. Muitos cristãos de ascendência judaica ao serem mandados a portos onde poderiam optar por regressarem ao judaísmo o fizeram e também muitos judeus confessos passaram por cristãos para ingressarem em algum entreposto de seu interesse.

Um problema relativo à tessitura dessas redes é que o termo flamengo era amplamente empregado, tanto para referir-se à Holanda, quanto à Antuérpia. Daí não sabermos ao certo a origem de alguns homens aqui aportados e, assim, como “flamengos” foram identificados. Outro empecilho é o fato que muitos denunciadores ou denunciados omitiam que em sua trajetória em direção ao Brasil passavam pelas províncias rebeldes. Eles apenas informavam de onde eram originários, do Porto, de Lisboa, omitindo, portando, o contato com o Norte europeu onde, principalmente em Amsterdã, a comunidade judaica portuguesa era muito recente, para que aqui chegassem indivíduos lá nascidos no período por nós abarcado.

O Brasil também pode ser pensado como escala para cristãos-novos que queriam seguir para o Norte Europeu e eles vinham para cá ou iam para as ilhas, de onde se dirigiam para Antuérpia ou Amsterdã. Relações que o exclusivismo espanhol queria romper.¹⁴ Alguns elementos eram instáveis, servindo de agentes móveis que não se demoravam muito no Brasil, nem em outros entrepostos. Eram os “estantes na terra”, conforme eles declaravam durante a Visitação. Não eram moradores, nem tinham a intenção de aqui se estabelecerem.

Alguns mercadores se identificavam como “estantes” a negócios em Pernambuco, apenas de passagem, sem fixar residência. Como fez Francisco Dias Soares, mercador “estante” na Rua da Rocha em Olinda, que veio para o Brasil em 1591 ou 1592.¹⁵ Outro mercador identificado como “estante” era Manoel d’Ázevedo, que veio a Pernambuco cuidar dos negócios de seu pai, o mercador do Porto Manoel Thomás, estando então hospedado em casa de Jorge Esteves, na Rua da Serralheira, vila de Olinda.¹⁶

Pretendemos então privilegiar os elementos por nós identificados nas Capitânicas estudadas, Pernambuco, Paraíba e Itamaracá, sobre os quais encontramos referências a

¹⁴ Livro das Denúncias que se fizeram na Visitação do Santo Officio á Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos do Estado do Brasil, no ano de 1618 - Inquisidor e Visitador o Licenciado Marcos Teixeira. In: **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1927, volume XLIX**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1936, p. 509. Daqui por diante ao nos referirmos a essa obra vamos chamá-la de Segunda Visitação, p.161.

¹⁵ Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 22 e 72.

¹⁶ Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 91.

respeito de atividades mercantis e de seus contatos com cristãos-novos ou judeus localizados em outras partes, através de um jogo de escalas,¹⁷ que nos permita reconstituir suas vivências no micro, no dia-a-dia de suas relações, especificidades e destinos. Mas, também, no macro, buscando as condições que nos possibilitem compreender a formação das mesmas.¹⁸

O período abarcado, a segunda metade do século XVI, foi de intensificação das relações do Brasil com alguns centros propulsores da economia colonial, como Amsterdã e África, mais especificamente, Angola. Como também do desenvolvimento da mineração na região do Prata. Momento no qual o escravo negro foi aos poucos sendo inserido na produção açucareira, substituindo gradualmente o índio no trabalho intensivo nos engenhos. Unidades que se multiplicaram, com a elevação de Pernambuco a centro mundial de produção do açúcar na década de 1580.

A atestada importância econômica, contudo, não elucida algumas indagações. Onde estavam os “Homens da Nação”? Tentaremos então esmiuçar as redes que ligavam financiadores, comerciantes e senhores de engenho através da presença efetiva desses cristãos-novos nas Capitânicas de Pernambuco, Paraíba e Itamaracá e das ligações que tinham com outros cristãos-novos localizados nos demais centros interessados no açúcar do Brasil.

Ao estudar os cristãos-novos no processo de colonização do Brasil, pensando os elementos identificados em fins do século XVI, nos remetemos à existência de um fluxo maior de migração que acompanhou as conversões forçadas ao catolicismo, perseguição religiosa e a expulsão dos judeus de Portugal (1496). Esse fluxo é constantemente lembrado quando se mencionam os financiadores da empresa açucareira. Muitos autores atribuem esses capitais aos cristãos-novos e aos “judeus portugueses”. Nas palavras de Caio Prado Júnior:

Somas relativamente grandes foram despedidas nestas primeiras empresas colonizadoras do Brasil. Os donatários, que em regra não dispunham de grandes recursos próprios, levantaram fundos tanto em

¹⁷ “Jogos de Escalas”. In REVEL, Jacques. **Jogos de Escalas. A Experiência da Microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

¹⁸ Se foi a partir da invenção da imprensa e da Reforma Protestante que podemos pensar as posições do moleiro Menocchio, alvo do estudo micro histórico de Carlo Ginzburg, é a partir da expansão comercial européia, bem como da instalação de uma instituição coercitiva como a Inquisição na Península Ibérica que podemos pensar essas redes. GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. 3ªed. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.

Portugal como na Holanda, tendo contribuído em boa parte banqueiros e comerciantes judeus.¹⁹

A saída de judeus e cristãos-novos da Península Ibérica, no entanto, foi um processo que envolveu itinerários muito mais amplos, que precisam ser reconstituídos se nos propomos compreender como essas redes se estenderam de forma tão ampla, abarcando não só o território americano, mas, tendo seus prolongamentos no Norte europeu, no Continente africano e na América espanhola.

Nathan Wachtel propõe que sigamos duas linhas de migrações desses elementos: a primeira nos levaria de Lisboa e Sevilha para as costas africanas, as Índias orientais, passando por Goa e o continente americano; a segunda, seria direcionada ao império otomano, onde vários judeus e cristãos-novos se articularam participando com comerciantes venezianos e genoveses no trato com as especiarias.

Lisboa, então, se articulava com a Antuérpia, o maior porto europeu, no qual desembarcavam os produtos vindos de vários destinos. Este porto logo foi substituído pelo de Amsterdã. Desses dois portos fazia-se a conexão com as outras ramificações da rede, através dos elementos que seguiram para o império otomano, em direção a Veneza ou Livorno.²⁰

Quando ocorreram os movimentos de colonização da América espanhola e portuguesa, vários cristãos-novos já participavam do comércio do açúcar, nas ilhas Madeira e São Tomé. Eles tinham acompanhado todo o processo de desenvolvimento das novas rotas marítimas pela costa africana, bem como já estavam integrados na comunidade cristã da Antuérpia e entre os turcos do império otomano, fazendo o papel de intermediários entre o Mediterrâneo Oriental e Ocidental. A instalação do Tribunal do Santo Ofício em Goa pode também ser analisada a partir da crescente influência dos cristãos-novos naquelas partes, associados a funcionários portugueses no trato dos portos asiáticos.

Portugal era, no momento dos descobrimentos e, logo, no processo de colonização, dependente do capital de outras nações, tendo estreitas ligações com o Norte da Europa, centrado na Antuérpia e depois em Amsterdã. A tomada de Antuérpia pelos espanhóis em 1585, provocou uma migração de mercadores flamengos para Holanda, onde os criptojudeus regressos ao judaísmo fundaram uma comunidade judaica portuguesa na última década do Quinhentos. Comunidade que contava com

¹⁹ PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 20ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977, p. 32.

²⁰ WACHTEL, Nathan. Op. cit., 2002, p.14.

mais ou menos 200 homens ao findar o século XVI, como relata Manuel Homem, cristão-novo que lá esteve na primeira década dos seiscentos.²¹

A relação entre Portugal e o Norte europeu, antecedeu a colonização do Brasil e a inclusão de Pernambuco nas redes de comércio. Assim, é necessário levarmos em conta que Portugal sofria uma dependência direta de produtos vindos destas províncias e que com estas comercializava, quer em embarcações portuguesas, alemãs ou holandesas.

A entrada relativamente pacífica dos holandeses no comércio do Brasil e o crescimento das trocas econômicas somente serão compreendidas se pensarmos a própria montagem da colonização portuguesa, que recorreu não só ao capital financeiro, como utilizou matérias-primas e manufaturados do Norte europeu para empreender a ocupação de seu território americano, seja levando os produtos necessários à realização da empresa mercantil, seja escoando o sal, o vinho, as frutas e logo o açúcar da Madeira, de São Tomé e mais tarde do Brasil. Neste contexto, ressaltamos a importância dos cristãos-novos estabelecidos na Antuérpia, fugidos da perseguição inquisitorial. Homens que utilizavam seus vínculos com os conversos de Portugal para fazerem ligações comerciais.

A chamada União Ibérica, com a subida de Felipe II ao trono português e a revolta das províncias unidas dos Países Baixos, remodelou as relações entre a Espanha e a Holanda e entre esta e Portugal, que teve os seus comerciantes e produtores prejudicados pelas proibições de comércio com a província rebelde. No entanto, a presença de embarcações estrangeiras e especificamente holandesas antecedeu a União Ibérica.

Entre 1560 e 1580 os portugueses assistiram sem maiores preocupações os conflitos entre a Espanha e as províncias rebeldes. Contudo, efetivada a União Ibérica, os interesses portugueses foram diretamente afetados pelas hostilidades do soberano espanhol aos holandeses,²² sendo latente a contradição entre a política aplicada por Felipe II e os interesses dos comerciantes portugueses. Os últimos se posicionaram dubiamente, alguns com receio de que os seus entrepostos fossem tomados pelos holandeses e, outros, os ajudando a burlar a legislação restritiva, para que continuassem

²¹ Segunda Visitação, p. 510.

²² Entre elas duas apreensões de embarcações holandesas, realizadas em 1585 e 1595. SLUITER, Angel. "Os Holandeses no Brasil antes de 1621". In: **Revista do Museu do Açúcar**, n° 1. Recife, 1968.

freqüentando os portos, dando assim continuidade ao comércio entre Portugal, suas possessões ultramarinas e a Holanda.

Depois de 1585 era corrente a prática dos comerciantes holandeses de utilizarem documentação falsa para poderem freqüentar os portos sob domínio espanhol, passando geralmente por alemães, sob a bandeira de Hamburgo ou de outras nacionalidades neutras, ajudados por agentes comerciais cristãos-novos que, a essa altura, já haviam trocado o porto de Antuérpia pelo de Amsterdã.

A presença de embarcações de outras nacionalidades, onde predominavam embarcações inglesas e holandesas, no Brasil se dava muitas vezes pela incapacidade dos navios portugueses fazerem o transporte seguro de suas mercadorias,²³ seja porque eram numericamente insuficientes, por serem inadequados para o transporte da grande quantidade de açúcar que deveriam comportar, ou por serem extremamente frágeis diante dos ataques de corsários, visto que as leis que regulamentavam as condições para as viagens, como o número determinado de homens e armas não eram cumpridas.²⁴ Dessa forma, as redes de comerciantes cristão-novos foram fundamentais pela necessidade de agentes de confiança, com ligações em larga escala que, se não conseguiam de todo evitar o corso, ao menos facilitavam o retorno da mercadoria.

Até nós chegaram relatos sobre mercadores que se dirigiam ao Porto, quando os navios em que viajavam foram tomados por corsários ingleses. Entre eles o do mercador cristão-novo Miguel Dias de Paz,²⁵ filho do também mercador Duarte Dias. A caravela partiu da Bahia e, quando já estavam próximos da cidade do Porto, foi seqüestrada por ingleses “luteranos”. E, junto com mais seis pessoas, Miguel foi deslocado para a nau dos ingleses na qual esteve por treze ou quatorze dias até chegar à Inglaterra. Exemplo de como o corso grassava no Atlântico, sucumbindo as frágeis caravelas portuguesas.

Assim, muitos portugueses preferiam e utilizavam as urcas holandesas, que eram embarcações maiores e mais seguras, para o transporte de homens e mercadorias ao Brasil. Algumas vezes com autorização régia,²⁶ outras, simplesmente, burlando a

²³ MAURO, Frederic. “Portugal e o Brasil: A estruturas Política e Econômica do Império”. In: BETEHL, Leslie (org.) **América Latina Colonial**. Vol. I. 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 458

²⁴ “Provisão Regia de 15 de dezembro de 1557, em que se ordena o modo, como haviam de andar providos, e armados os Navios portugueses, que navegassem para os lugares do Reino, e Senhorios de Portugal, e fora delles; assim de gente como de artilharia, armas e munições”. Esta provisão foi ampliada pela lei ou regimento de 3 de novembro de 1571. INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. Op. cit., p. 25.

²⁵ Livro das Confissões de Pernambuco, p. 51.

²⁶ Caspitrano de Abreu nos informa que o próprio visitador do Santo Ofício, o licenciado Heitor Furtado de Mendonça veio ao Brasil numa urca holandesa. **Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil...** Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. Ed., 1935, p. V.

legislação. Frei Vicente Salvador escreveu que “costumavam vir ao Brasil urcas flamengas despachadas e fretadas em Lisboa, Porto e Viena, com fazendas de sua terra e de mercadores portugueses, para levarem açúcar.”²⁷

Mas, não só Portugal dependia das mercadorias do norte europeu e perdia espaço no transporte das mesmas para a Holanda. Os espanhóis também eram superados pelas urcas holandesas no comércio com as Ilhas de Castela, sendo a metrópole extremamente dependente dos produtos vindos do norte europeu. Assim, a política imperial conflitava com os seus interesses econômicos, refletindo o ânimo conflituoso numa legislação contraditória, que oscilava entre a permissão limitada e o total cerceamento à presença holandesa nos portos sob seu domínio, o que, na prática, nunca foi efetivado. Sobre a presença dessas embarcações holandesas no Brasil, escreveu Sluiter:

foi-me possível encontrar em documentos editados e manuscritos contemporâneos mais de cem casos de tais navios holandeses e alemães-holandeses no comércio de transporte pro Brasil nos anos de 1587-1599. E seria inseguro afirmar que esta lista esteja completa.²⁸

A proibição do comércio com estrangeiros se deu em 1591,²⁹ restringindo a ação de importantes personagens que possibilitavam, em sua medida, o próprio processo de colonização. Essas restrições estavam dentro de uma proposta metropolitana na busca de verter a Portugal os lucros obtidos, em sua maioria, por estrangeiros, às custas de sua colônia. A chegada de um representante da Inquisição nesses lados do Atlântico também estava inserida nesta proposta, sobre a qual fala Alencastro, “de golpe a repressão religiosa transpõe o quadro doutrinário para intervir como instrumento disciplinador doutrinário da política e da economia metropolitana do ultramar.”³⁰

Em 1594 o rei autorizou que urcas holandesas navegassem para o Brasil em duas frotas de vinte navios cada, devendo voltar diretamente para Lisboa.³¹ O que não foi suficiente para desarticular o contrabando. Sabemos que muitos holandeses quebravam o acordo e seguiam direto para o Norte europeu: legal ou ilegalmente metade ou dois terços do açúcar produzido no Brasil em finais do século dezesseis foi transportado para

²⁷ SALVADOR, Frei Vicente. Op.cit., 1982, p. 292.

²⁸ SLUITER. Op. cit., 1968, p. 77.

²⁹ Alvará citado anteriormente, In: INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. op.cit., 1954, p. 315.

³⁰ ALENCASTRO, Luiz Felipe. Op. Cit., p. 23.

³¹ Segunda Visitação, p. 163.

Holanda, assim, os “Livros das Saídas das Urcas do Porto do Recife, 1595-1605”³² foi representativo desse contingente. Elaborado pelo desembargador Sebastião de Carvalho, datando do ano de 1608, o livro contém o registro de diversas urcas, seus carregadores no Brasil e seus consignatários, supostamente, em Lisboa.

Muitas urcas, apesar de terem seus impostos pagos na capital portuguesa, como se tivessem lá chegado, de fato desembarcavam em Flandres, Antuérpia, Hamburgo e Amsterdã. De Angola veio a Pernambuco Gabriel da Costa numa nau flamenga em 1594, sendo mercador “estante” na Rua da Rocha quando ocorreu a Visitação.³³

As ilhas Açores, Madeira, São Tomé e Cabo Verde foram sempre freqüentadas por embarcações holandesas, o mesmo acontecendo com as ilhas Canárias. Muito já foi dito sobre a importância das ilhas portuguesas como locais de experimentação da política, economia e regime de distribuição de terras que logo foram implantados no Brasil. Locais de onde vieram muitos dos homens que aqui se fixavam como senhores de engenho,³⁴ a exemplo do cristão-novo Nuno Álvares, que veio de São Tomé e foi citado em várias denúncias como participante de “ajuntamentos com outros cristãos-novos.”³⁵

As ilhas eram escala para as viagens mais longas, postos de parada e consumo, em menor escala, das mercadorias manufaturadas do reino, entre as diversas rotas comerciais. Assim, o cristão-novo Pero de Gallegos³⁶ mandou, em 1613, que um agente seu embarcasse uma carga para ilha da Madeira e logo seguisse para Angola.³⁷ Pero de Gallegos era então comerciante em Lisboa, para onde regressou de sua estada em Pernambuco, residindo em Olinda no tempo da Primeira Visitação, sendo denunciado como um dos freqüentadores da Sinagoga de Camaragibe e sob suspeita de ser circuncidado.

Tal suspeita indica os mecanismos de ligação que os moradores de Pernambuco faziam entre mercadores e judeus. Supomos que ele tenha residido anteriormente em algum local onde o judaísmo era permitido, contudo, as imagens e idéias que envolviam os mercadores de ascendência judaica nos parecem interessantes para que busquemos entender como, aos olhos de seus contemporâneos, eram percebidas estas relações.

³² MELLO, Jose Antonio Gonsalves de. “Os Livros das Saídas das Urcas do Porto do Recife, 1595 – 1605”. In: **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco**. Recife, 1993, pp. 21-145.

³³ Livro das Confissões de Pernambuco, p.147.

³⁴ Segunda Visitação, p. 256.

³⁵ Denúncias da Bahia, p. 520.

³⁶ Denúncias da Bahia, p. 519.

³⁷ Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 262; Segunda Visitação, p. 365.

Outro Gallegos, Manuel de Gallegos, provavelmente filho de Pero de Gallegos, morou na Bahia, na casa de um cunhado seu, o comerciante Simão Nunes de Mattos. Simão, também comerciante e senhor de engenho, tinha um irmão de nome Manuel Nunes que consta como fiador da Urca Anjo Gabriel que, em 1596, partiu de Pernambuco destinada à Viana do Castelo, sendo também fiador e carregador em 1597.³⁸

Os cristãos-novos estavam a mais de um século envolvidos com o açúcar de São Tomé, ilha próxima a Angola. E, juntamente com os portugueses de origem cristã velha, a medida que a ilha caiu em importância, voltaram-se para a transferência de escravos desta área para o Brasil. O ingresso de escravos africanos trazidos de São Tomé foi facilitado pelo Alvará de 29 de março de 1559, através do qual 120 escravos poderiam ser trazidos por cada senhor de engenho, em navios do reino, pagando por isso apenas um terço dos direitos. Abrindo, assim, as portas para o ingresso direto de escravos no Brasil, haja vista que o regimento anterior regulamentava a remessa desses escravos à cidade de Lisboa “sem poderem descarregar, tirar, nem vender em nenhuma outra parte que seja, assim de nossos reinos, e Senhorios, como de fora deles.”³⁹

Concomitantemente, os portugueses vinham perdendo espaço na Costa da Mina e no Golfo da Guiné para os holandeses, franceses e agentes de outras nacionalidades. Já na primeira metade do século XVI, o número de cristãos-novos na Guiné chamava atenção.⁴⁰ As Antilhas e ilhas de Castela eram supridas com escravos desta área e, assim, Angola surgiu como alternativa para o fornecimento do contingente de escravos necessários à América espanhola e ao Brasil, datando da década de 1580 o incremento do tráfico nesse porto.

Angola tornou-se, então, o porto preferido dos luso-brasileiros para o tráfico de escravos, onde encontramos alguns dos personagens por nós estudados, através de várias referências a pessoas que vinham de Angola, lá estavam ou deles aguardavam o retorno. Lá, os cristãos-novos eram relativamente tolerados desde que se restringissem ao papel de comerciantes. As referências às reuniões de cristãos-novos não eram exclusividade de Pernambuco e, sobre alguns deles, corria “fama pública”. Um provedor-mor da fazenda que chegou da vila de São Paulo da Luanda, em Angola, disse que “os via em ajuntamento com outros cristãos-novos”, do que também se pensava mal

³⁸ Idem, p. 262; Idem, pp. 365 e 509.

³⁹ Alvará de 29 de março de 1559. In: INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. Op. cit., 1954, p. 147.

⁴⁰ ALENCASTRO, Luiz Felipe. Op cit., 2000, p. 25.

lá. As suas denúncias recaíram contra um mercador, Garcia Mendes de Oliveira, e um vereador, Diogo Castanho.

O tráfico de escravos africanos foi atividade fundamental dos cristãos-novos portugueses. Segundo alguns autores,⁴¹ esta atividade, em fins do século XVI, era em quase sua totalidade dominada por cristãos-novos. Necessariamente, pensamos a natureza dos contratos para tráfico: eles eram tomados por particulares à Coroa e, depois, davam licenças para outros conterrâneos cuidarem dos pormenores da atividade. Assim, ainda que uma pessoa detivesse o contrato por vários anos e por ele respondesse para fins fiscais, estes, na realidade, implicavam o envolvimento de diversos homens, navios e mercadorias utilizadas como moeda de troca.

Sabemos que por volta de 1591 esteve na capitania de Pernambuco o mercador Francisco Lopes Homem, regressando depois ao reino. E nesta capitania deixou seu sobrinho, Manuel Lopes Homem, cuidando de seus negócios. Manuel estava em Angola durante a Visitação e logo regressou a Pernambuco, provavelmente com escravos africanos.⁴² Por volta de 1582 e 1584, morou em Pernambuco um Manoel Rodrigues Villareal, cristão-novo que veio ao Brasil com escravos de Angola. Estava com ele seu irmão mais velho de nome Francisco Rodrigues Villareal.⁴³ Bastião Pereira também chegou a Pernambuco vindo de Angola com peças de Leonardo Frois, mercador de Lisboa, do qual era feitor.⁴⁴

Do comércio na América espanhola também participaram alguns cristãos-novos estantes ou estabelecidos em Pernambuco. Os cristãos de origem judaica já eram muitos na América espanhola na metade do século XVI,⁴⁵ e a união dos reinos de Espanha e Portugal (1580) só intensificou a entrada de cristãos de ascendência judaica nas terras espanholas na América. Um tráfego regular de navios levando escravos se dava de Angola para a costa do Brasil e de lá para o alto Peru.

Durante a União Ibérica, todos os beneficiários dos *Asientos* foram homens de negócios portugueses, em sua maioria cristãos-novos. Esses contratos envolviam apenas o trato lícito: lembramos a importância que o contrabando tinha no transporte de africanos para a América para constatarmos a abrangência do negócio. A prata espanhola se tornou nesse tempo moeda corrente no Brasil. Representativas dessa

⁴¹Entre eles WACHTEL, Nathan. Op. cit., 2002, e SALVADOR, José Gonçalves. Op. cit., 1978.

⁴²Livro das Denúncias de Pernambuco, pp. 113 e 115.

⁴³Idem, pp. 353, 470.

⁴⁴Idem, p. 420.

⁴⁵ELLIOTT, J. H. "Conquista espanhola e a colonização da América". In: BETHEL, Leslie (Org.). **América Latina Colonial**. Vol. I, 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 189.

migração são as referências feitas a Rodrigo d'Avila, adolescente que morou em Pernambuco na casa do flamengo Manuel Nunes e que, por volta de 1594, quando foi denunciado, estava de partida para o Rio da Prata.⁴⁶

Buenos Aires foi fundada pela segunda vez em 1580 para impedir a infiltração estrangeira e o tráfico ilícito que se fazia do Brasil para as províncias de Tucumã e para os centros de extração da prata. Os “peruleiros”⁴⁷ eram os responsáveis pelo abastecimento desses centros e pelo escoamento da produção. Muitos dos quais eram cristãos-novos, que participavam do tráfico de escravos e tinham bases nas Capitânicas de Cima (Pernambuco, Paraíba, Itamaracá e Bahia), as quais recorriam para abastecerem os navios com os mantimentos necessários nas zonas de extração da prata,⁴⁸ principalmente manufaturas européias compradas com o açúcar brasileiro e negros trazidos de Angola: “Buenos Aires sobretudo tornou-se de fato uma feitoria portuguesa para o comércio ilegal com o Peru.”⁴⁹

O comércio ilícito continuou de tal forma que o porto de Buenos Aires foi fechado no ano de 1591, em mais uma tentativa de barrar o contrabando. A Visitação inquisitorial desarticulou, ainda que momentaneamente, os mercadores e onzeneiros localizados nas Capitânicas onde ela esteve presente, acelerando o fluxo destes para a América espanhola.⁵⁰ O Vice-reino do Peru estabeleceu comércio com o Brasil, entre os anos 1591 e 1594, e o suspendeu sob a alegação de abuso, devido ao intenso contrabando que se fazia, apesar da permissão. Provavelmente com medo da evasão da prata para territórios brasileiros.⁵¹

As Capitânicas do Sul foram privilegiadas pela primeira Visitação Inquisitorial ao Brasil, pois foram os locais escolhidos por alguns cristãos-novos saídos das Capitânicas de Cima, principalmente o Rio de Janeiro, que emergiu como centro do comércio entre o reino, as ilhas, Angola, as Capitânicas de Cima e a região do Prata. Com a união das duas coroas, cristãos-novos portugueses se estabeleceram em Lima, Potosi, Cartagena e Cidade do México, bem como em Sevilha, onde, mais avançado o século XVII,

⁴⁶ Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 331.

⁴⁷ Denominação dada aos homens responsáveis pelo comércio nas regiões auríferas. SALVADOR, Op. cit., 1978, p. 58.

⁴⁸ Idem, p. 69.

⁴⁹ MAURO, Frederic. In: BETEHL, Leslie (Org.). **América Latina Colonial**. Vol. I, 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 459.

⁵⁰ Sobre o medo que a chegada da visitação causou nos cristãos-novos ver o depoimento de Belchior Mendes, dizendo que eles pararam de emitir letras, cobrando os devedores no intuito de ir embora. Denúncias da Bahia pp. 451 e 452.

⁵¹ Segunda Visitação, p. 304.

tornaram-se banqueiros, utilizando suas vastas redes familiares e de clientela para angariar o dinheiro de que necessitavam os mercadores, comerciantes e em alguns casos específicos, a Coroa espanhola.

Essas redes familiares e de amizade foram fundamentais para o processo de expansão comercial e marítima das nações européias na chamada modernidade. Contudo, não podemos esquecer que estes elementos, embora móveis, aqui estiveram por um tempo, convivendo com os demais habitantes da colônia. Eles traziam e levavam não só mercadorias como também concepções religiosas, comportamentos modos de trabalhar e pensar. Assim as formas de viver dos mesmos devem também ser observadas para a maior compreensão dos impactos que tais redes tiveram no processo de colonização do Brasil, e especificamente de Pernambuco.